

Afetividades, maternagens e parentalidades: novas possibilidades para antigos dilemas

Rosângela Hilário¹

Ronald Lopes²

Mirian Rodrigues Pedrosa³

Sâmia Valéria Nascimento de Oliveira⁴

Resumo: Neste artigo buscamos refletir criticamente sobre o alcance do conceito de maternagem em contraposição a maternidade. Maternagem se define como ato coletivo de criar, educar, nutrir uma criança em todos os âmbitos, por outro lado, maternidade é o ato solitário de uma mulher nos cuidados com uma criança. Principalmente embasado nos estudos da filósofa africana Sobonfu Somé, mas não se limitando a eles, ressignificamos os conceitos tradicionais de família, ampliando a compreensão da parentalidade para além dos papéis predefinidos de gênero. A ressignificação ocorre ao priorizarmos a afetividade e o compromisso na construção de um mundo inclusivo, onde todas as pessoas tenham espaço. Tal empreitada toma como referência estudos relacionados aos feminismos decoloniais, feminismos negros e atravessamentos psicanalíticos e psicossociais na perspectiva de gênero. A metodologia utilizada nesta pesquisa se baseia na associação teórica a autoetnografia e as escrituras de Conceição Evaristo, adequadas para a delicadeza das trocas entre os/as sujeitas envolvidas. Até o momento, a conclusão a que chegamos é a de que o conceito de maternagem tem ampliado as possibilidades de organização das parentalidades e desinvestido da família tradicional, mononuclear com papéis sociais de gênero rígidos e definidos, mas, que as influências das heranças geracionais ainda interferem na aceleração destas novas configurações.

Palavras-chaves: Parentalidades; Maternagens; Afetividades; Escrituras

¹ Todas autor@s deste texto fazem parte do Grupo de Pesquisa Ativista Audre Lord (GEPEA/UNIR) liderado pela Prof. Dra. Rosângela Hilário Doutora em Educação/FEUSP. Professora do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). rosangela.hilario@unir.br.

² Doutorando em História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Psicanalista do Fórum do Campo Lacaniano de Nova Iguaçu Rio de Janeiro, FCLNI-RJ. ronald.lopes80@gmail.com.

³ Mestranda em Educação. Universidade Federal de Rondônia. mirianrp53@gmail.com.

⁴ Mestranda em Educação. Universidade Federal de Rondônia. samia.olivei@gmail.com.

Novos arranjos parentais desafiam a hegemonia familiar

Como ponto de partida, é importante refletir sobre as origens da família mononuclear cisheteronormativa que historicamente tem sido considerada um modelo de referência. Essa estrutura familiar tradicional envolve um casal formado por um homem e uma mulher, com papéis sociais orientados em conceitos biológicos. Esses papéis frequentemente resultavam em relações assimétricas, onde um dos parceiros era responsável por tomar decisões e liderar, enquanto o outro se submetia, sufocava seus desejos e sentimentos, acumulando obrigações e responsabilidades. Assim, a família mononuclear cisheteronormativa ganhou status de “natural” e garantiu seus privilégios na pirâmide social, ditando quem, quando e como se constituem os laços que vão perpetuar a humanidade.

A família mononuclear cisheteronormativa enquanto hegemônica se construiu ditando regras de comportamento no que diz respeito às vivências culturais, sexuais e, em especial, nas corporeidades. A partir disso a heteronormatividade compulsória, a colonialidade do pensamento e da cultura insiste no regramento para a organização das parentalidades, no exercício das maternagens e das relações afetivas:

Os privilégios da família heterossexual determinam padrões de predominância no que diz respeito às concepções de cultura, sexo e corpo. Estes padrões instituem normas sociais reguladoras em relação às práticas sexuais, constituindo o que pode ser chamado de uma heteronormatividade (SANTOS & GOMEZ, 2016. p.102).

De acordo com Miranda (2010, p. 86), os padrões normativos estão profundamente arraigados na sociedade a ponto de, na maioria das vezes, não serem questionados nem criticados. São amplamente aceitos como verdades e reforçados por discursos provenientes de diferentes esferas, como a ciência/biomedicina, a religião e o senso comum. Tendo em vista os privilégios e sobrecarga que estão circunscritas as

mulheres neste modelo tradicional de família heterossexual, nos debruçamos a compartilhar nossa percepção sobre as diferenças entre maternar e maternidade.

Ainda não sabemos o motivo pelo qual os movimentos sociais feministas brasileiros se aproximaram das filosofias africanas, como é o caso dos Dagaras da Nigéria, aos quais a filósofa Somé Sobonfu está ligada. Somé (2003) defende a ideia de que a comunidade desempenha um papel fundamental no cuidado das crianças. É possível que essa aproximação não tenha sido consciente e reflexiva. No entanto, é importante ressaltar que a busca de referências em outras culturas pode enriquecer o movimento feminista brasileiro, trazendo novas perspectivas e experiências para as lutas por igualdade de gênero.

Essa abordagem específica da filosofia africana reconhece que os cuidados, alimentação e referências culturais não devem ser limitados a um único gênero, mas devem ser compartilhados e assumidos coletivamente. São vetores do quanto cada um e todos podem se envolver na formação de novas subjetividades. Assim, a maternagem é função coletiva embora socialmente a família ou a escola seja responsabilizada quando algum fenômeno provoca desequilíbrio nas relações sociais.

A família na África é sempre ampla. A pessoa nunca se refere a seu primo como “primo”, porque isso seria um insulto. Então, ela chama seus primos de irmãos e irmãs. Seus sobrinhos de filhos. Seus tios de pais. Suas tias de mães. O marido da irmã é seu marido, e a mulher de seu irmão é sua mulher. As crianças são estimuladas a chamar outras pessoas de fora da “família” de mães e pais, irmãos e irmãs. (SOMÉ, 2007, p. 23-24)

A cultura ocidental interferiu no modo de se relacionar entre os africanos com a escravização de cor que forjou a economia europeia e latino-americana comprometendo de maneira inequívoca as organizações familiares. No contexto em que nem mesmo era possível escolher o próprio nome, a ideia de se organizar em aldeias para estabelecer relações de parentalidade era uma impossibilidade. Os resultados deste processo de desumanização são sentidos até hoje nas representações sociais para

afetividade das pessoas negras. Os homens são representados como ausentes, hiperssexualizados e incapazes de manter relações estruturadas no afeto e as mulheres são representadas como as que cuidam, se resignam e se sujeitam sem resistência, para manter a família alimentada e cuidada. É comum encontrar famílias negras compostas predominantemente por mulheres, devido a diversos fatores. Entre eles, estão o genocídio da juventude negra, que resulta em altos índices de violência e mortalidade entre a população masculina negra por parte das forças de segurança. Além disso, há situações em que o desejo de ascensão social está associado ao casamento com parceiros brancos, o que pode levar ao embranquecimento como uma forma de buscar oportunidades e privilégios.

Entretanto, compreendemos que essa discussão é relevante para abordar a solidão vivenciada pela mulher negra. A solidão da mulher negra é um tema complexo e importante que envolve questões de raça, gênero e experiências específicas de discriminação e exclusão. Um dossiê sobre esse assunto seria uma oportunidade para explorar em profundidade as vivências, desafios e resiliência das mulheres negras em relação à solidão, assim como a necessidade de promover maior visibilidade, empatia e apoio para enfrentar essa realidade. Mas neste momento, reafirmamos que a parentalidade das pessoas negras, não fossem os movimentos da maternagem, seriam sempre o existir solitário de uma mulher tentando proteger sua prole:

“Uma visão feminista que ama garotos e homens e exige, em nome deles todos os direitos que desejamos para garotas e mulheres pode renovar o homem norte-americano. Principalmente, o pensamento feminista ensina a todos nós como amar a justiça e a liberdade de maneira a nutrir e afirmar a justiça e a liberdade de maneira a afirmar a vida. Evidentemente, precisamos de novas estratégias, novas teorias, diretrizes que nos mostrarão como criar um mundo em que a masculinidade feminista prospere”. (HOOKS, 2019, p.108)

O conceito de maternagem, como temos compreendido, está relacionado ao compartilhamento de responsabilidades na criação de uma criança, envolvendo todas as

peessoas que estão ligadas a ela, independentemente dos papéis de gênero atribuídos socialmente. O que determina essa forma de maternar é o compromisso com o bem-estar e a felicidade da criança, buscando um equilíbrio que promova o desenvolvimento saudável não apenas da criança, mas de toda a comunidade.

Essa definição de maternagem reconhece a importância de superar os estereótipos de gênero associados ao papel de mãe, permitindo que outras figuras de cuidado também se envolvam ativamente na criação da criança. Além disso, enfatiza a responsabilidade coletiva de garantir o desenvolvimento pleno da criança, reconhecendo que uma comunidade saudável e equilibrada contribui para o seu bem-estar. Ao contrário da definição de maternidade que envolve uma mulher solitária tentando fazer o melhor possível e sendo estimulada não com solidariedade, mas, com adjetivos de interpretação duvidosa. Em nosso entendimento, com a única função de assujeitá-la, conformá-la na situação.

Aqui maternagem é ato político de escolher por quais caminhos a relação entre mãe e filhas/os será organizada sem culpas, sem atravessamento do pensamento machista que propaga que ser mãe seja ato solitário de renúncia e abnegação. Nas culturas africanas, a educação/formação de uma criança é responsabilidade de toda a comunidade. As escolhas levam sempre em consideração texto e contexto para além do estabelecido. Maternar é ato político de resistir a espaços menores do que o tamanho que uma mulher pode ter. É escolha e não imposição, portanto, está diretamente relacionado em organizar novas narrativas para antigos fenômenos. Não são palavras sinônimas: a maternidade está mais relacionada a uma interpretação do pensamento colonial de que todas as renúncias devem ser das mulheres e quem não se ajusta a esse papel não está exercendo com competência a relação mãe/filho. A maternidade parece, tem regras demais e afetividade de menos (HILÁRIO & PEDROSA, 2021, p. 182).

A maternidade frequentemente limita a existência das mulheres a um único modelo de "estar no mundo", no qual se espera delas se sacrificar para garantir o conforto do "sujeito universal" (entendido como homem, branco, heterossexual e cristão). Essa visão restritiva da maternidade reflete uma dinâmica de poder desigual na sociedade, na qual as mulheres são pressionadas a colocar as necessidades e

expectativas dos outros acima das suas próprias. Isso resulta em um apagamento de suas identidades, desejos e aspirações, em prol de um ideal que prioriza as normas dominantes.

Neste pensamento, herança da cultura epistemológica colonial, equivale as mulheres cuidando, se sacrificando e reafirmando velhos dogmas e envergonhadas da condição de mulher que antecede a de mãe, e; portanto, recusando sua condição de mulher que tem desejos e carências a serem satisfeitas e a ideia de que meninos são ensinados a proteger e meninas são ensinadas a serem cuidadas tem se perpetuado ao longo das gerações. Essa dinâmica de gênero, que atribui diferentes papéis e expectativas com base no sexo, é reproduzida na socialização das crianças desde muito cedo. Desde tenra idade, meninos são encorajados a serem independentes, corajosos e assertivos, enquanto as meninas são incentivadas a serem dóceis, carinhosas e responsáveis pelo cuidado dos outros. Essa divisão de papéis reforça estereótipos de gênero prejudiciais e limita as possibilidades de parentalidades. Não por acaso, um dos mais questionáveis dogmas do cristianismo é a “santidade” da maternidade que visa que as mulheres se conformem em viver em segundo plano e receber como recompensa o duvidoso título de “rainha do lar”.

Por outro ângulo de análise, as novas formas de organização deste conhecimento em torno da afetividade exigem trato, delicadeza e escuta como processo de cura: as dores para os enfrentamentos de quem não se verga ao estabelecido não pode ser ouvida como um “objeto” para análise das pesquisadoras. Até porque, são ao mesmo tempo, sujeitas da pesquisa e escriba atentas das vivências em ação de mudança. Por isso, mais uma vez nos socorremos das “escrivências” de quem está maternando e mudando a história. (EVARISTO, 2014)

Por esse motivo, neste estudo a escolha foi analisar três narrativas de parentalidades que se organizam em torno da afetividade, de novas configurações e sem papéis rígidos definidos. Nesta perspectiva, entendemos que os conceitos que melhor se

aplicam ao diálogo sobre as maternagens estejam atrelados as filosofas do feminismo decolonial. O feminismo decolonial defende que não haverá justiça social sem equilíbrio na ocupação de espaço para administrar o mundo. Todas as pessoas e identidades devem se fazer representar com voz, vez e poder de decisão para pautar políticas para “estar sendo/vivendo no mundo”. Cada um e todas as pessoas são responsáveis por defender o legado a ser entregue as gerações seguintes.

O chamado feminismo interseccional conheceu relevância graças ao trabalho e ao pensamento coletivo das feministas negras americanas a partir dos anos de 1970, registrado no famoso manifesto do coletivo *Combahee River*, e aos esforços de Kimberle Crenshaw em cunhar e aperfeiçoar a ferramenta analítica. A despeito de não se opor a ele, Francoise Vergè opta por defender uma perspectiva feminista com e para além da interseccionalidade. De alguma forma, embora o *black feminism* seja altamente influente no pensamento da autora, sua abordagem não se limita a ele. (RIOS, 2020, p. 9)

Uma vez apresentado as intenções para essa reflexão em tela, preocupamo-nos em delimitar o alcance de nossa proposta: não temos a pretensão de que seja um texto pronto e acabado. Temos convicção de que na medida em que avançamos nos estudos, esse texto sofrerá acréscimos e decréscimos. Mas, para o momento, apresentamos nossa questão norteadora e as seções com as quais compartilharemos essas notas iniciais: como estão se organizando as novas parentalidades para resistir ao assujeitamento e negociar espaços de (con)vivência?

Na sequência, apresentamos e contextualizamos os conceitos de maternagens e parentalidades aplicados à contemporaneidade. Os padrões que foram estabelecidos no século XX já não são mais relevantes e não conseguem abranger todas as diferentes formas e variações de famílias que existem.

Em continuidade, aborda-se sobre a questão da maternagem, a partir do compartilhamento de responsabilidades: pais não “ajudam” nos cuidados com as crianças: assumem responsabilidades. Considerando as vivências em uma sociedade estruturada pelo cisheteropatriarcado, a maternidade fica praticamente restrita às

mulheres heterossexuais. A reflexão sobre a maternagem com referência na filosofia africana pode contribuir para ampliar o olhar sobre parentalidades contemporâneas.

Após isso, vamos compartilhar as histórias que foram coletadas até agora e analisá-las com base em referências da filosofia africana, do feminismo decolonial e da perspectiva da maternagem em vez da maternidade tradicional. Nesse sentido, é importante ressaltar que a maternagem é um ato político fundamental na formação das novas formas de parentalidade. Isso significa que as maneiras como cuidamos e criamos nossos filhos têm implicações políticas significativas, pois desafiam e questionam os modelos tradicionais impostos pela sociedade.

Através da filosofia africana, podemos aprender sobre a importância da comunidade e do cuidado coletivo na criação das crianças, o que ressalta que não é apenas a mãe biológica quem desempenha um papel crucial na formação dos filhos, mas toda a comunidade ao seu redor. Por sua vez, o feminismo decolonial nos convida a repensar e desafiar as estruturas patriarcais e opressivas que moldaram a concepção tradicional de maternidade, buscando valorizar a diversidade de experiências femininas e reconhecer as diversas formas de ser mãe além do biológico, como mães adotivas, mães solas e mães LGBTQIAP+.

Ao falar em maternagem em vez de maternidade, estamos ampliando o conceito para além do simples ato biológico de dar à luz. A maternagem engloba os cuidados, o afeto e o suporte emocional que são essenciais na formação de uma criança, independentemente dos laços de parentesco. Essa perspectiva mais abrangente nos permite enxergar a importância das relações e do apoio mútuo na criação dos filhos, reforçando a ideia de que é toda a comunidade que contribui para o crescimento saudável das crianças. Ao reconhecer que a maternagem é um ato político, estamos afirmando que nossas escolhas e ações como mães e pais têm o poder de transformar as estruturas sociais existentes. Podemos desafiar as normas estabelecidas e criar modelos novos de parentalidade que sejam mais inclusivos, igualitários e respeitosos com as

diversas formas de família que existem. Dessa forma, estamos promovendo uma mudança significativa na sociedade, construindo um ambiente mais acolhedor, justo e preparado para apoiar a diversidade e as necessidades de todas as crianças e suas famílias

Nem “comercial de margarina” e nem famílias disfuncionais: maternagens produzindo mobilidade pulsional para novas organizações parentais

A maternagem, enquanto conceito estruturante de novos rearranjos de parentalidades e que se configura em um ponto de desconforto para o sujeito universal, coloca em xeque as crenças e heranças geracionais. Essas últimas ordenavam sobre quem tem direito a ter direitos reprodutivos, direitos a sexualidade em toda sua complexidade e amplitude, bem como divisão dos cuidados com a casa e com todas as pessoas da família, o direito à educação, saúde, alimentação e todos aqueles inerentes a condição humana. No pensamento ocidental, homens têm direitos e mulheres responsabilidades; logo, as responsabilidades da maternidade recaem sobre os ombros cansados e sobrecarregados das mulheres. Se além de mulher, pobre e com acesso a pouca instrução formal essa mulher ainda for preta, as chances de ela exercer a maternidade e não maternagem sofrem exponencialmente.

O feminismo branco se estruturou tendo como bandeira de luta a igualdade salarial entre homens e mulheres, o direito ao trabalho e as decisões sobre as vivências, mas sem aprofundar o debate sobre quem, como e em que circunstâncias se dariam os cuidados com a casa, com as crianças, com o cultivo de um estado de bem-estar. As mulheres brancas, ao questionar e discutir sobre os privilégios do sujeito universal, também desejavam ocupar esse lugar, acabavam perpetuando as relações desiguais de poder dentro do ambiente doméstico. Nesse contexto, ocorria uma naturalização da figura das mulheres pretas, que eram vistas como responsáveis pelos cuidados das

crianças. Isso demonstra como mesmo as mulheres que enfrentam opressões também podem reproduzir estruturas de discriminação e marginalização, sem perceberem as consequências e os impactos dessas ações. Por isso, nem passou pela cabeça e pelas narrativas destas mulheres brancas acrescentarem uma pauta sobre a divisão social dos papéis em um mundo com igualdades de oportunidades. Não era um problema para elas.

Nos primeiros estágios do atual movimento de libertação das mulheres, as análises feministas sobre a maternidade refletiam o viés de raça e classe das participantes. Algumas mulheres de classe média e com ensino superior propuseram o argumento de que a maternidade constituía um sério obstáculo à libertação das mulheres, um mecanismo ardiloso destinado a confinar as mulheres em casa, mantendo-as prisioneiras de tarefas domésticas como limpar, cozinhar e cuidar dos filhos (HOOKS, 2019, p. 195).

Já para as mulheres pretas, que sempre trabalharam e não tinham ensino superior para manter suas famílias, a divisão do trabalho doméstico e dos cuidados com as crianças precisava ser debatida. Não por acaso, o debate por creches, por condições dignas de trabalho para pessoas lactantes, de espaços para amamentação das crianças até seis meses são muito fecundas em territórios racializados.

Para as jovens mulheres brancas que inicialmente reivindicavam direitos não causava incomodo que algumas crianças não recebessem cuidados para que as suas crianças fossem cuidadas, e, a heteronormatividade pautava suas discussões sobre maternidade negando a outras pessoas não-cis o direito a maternidade⁵. Em um

⁵ Duas conferências ocorridas na década de 1990 foram fundamentais para discutir direitos e saúde reprodutiva. Em 1994, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) realizada no Cairo, promovida pela ONU, estabeleceu acordos entre diversos países, com planos de ação incluindo igualdade de gênero, questões de saúde e direitos sexuais e reprodutivos. A conferência marcou a formulação conceitual dos direitos e saúde sexual e reprodutiva, ao enfatizar a importância da reprodução como uma questão de saúde e direitos humanos. Em 1995, na IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, esses acordos foram ampliados e os direitos sexuais e reprodutivos foram oficialmente definidos como Direitos Humanos. ANGONESE, Mônica Angonese; LAGO, Mara Coelho de Souza. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. Revista Saúde Soc. São Paulo, v.26, n.1, p.256-270, 2017.

paradoxo digno de reflexão, aquelas feministas renegavam outras identidades para além de suas famílias de “comercial de margarina”.

Contextualizamos a referência acima, não faz muito tempo, uma publicidade de margarina se transformou em referência romantizada para a representação de família feliz. No que parece ser um café da manhã matinal o pai à mesa, sorrindo e esperando ser servido, filhos passando margarina em diferentes variações de pães e biscoitos, uma mãe exausta e sorridente servindo a todos. Todas as categorias valorizadas pelo sujeito universal presentes em 30 segundos: o pai branco, cristão, heterossexual e provedor gozando os privilégios de sua condição e sendo servido. As crianças se comportando de acordo com todos os estereótipos do “menino veste azul e menina veste rosa”⁶ (a menina passa margarina no pão para o irmão em treino para as funções que deve assumir no futuro). Todas as limitações afetivas contidas nesta máxima do machismo e a mãe, que pode ou não trabalhar fora assumindo as tarefas de manter sua casa e seus afetos alimentados e felizes.

Anteriormente, não se considerava a possibilidade de compartilhar responsabilidades nas relações familiares. A percepção predominante era que, na ausência de uma mulher negra para assumir tarefas domésticas, as mulheres brancas deveriam renunciar à família e se dedicar exclusivamente às suas carreiras, promoções e debates feministas. A figura do homem universal, com seus privilégios, era enaltecida quando ele se envolvia em tarefas domésticas ou cuidados parentais básicos, sendo quase “canonizado” por sua ajuda à parceira. No entanto, as relações entre homens universais e as demais pessoas continuavam desiguais e opressivas, mantendo uma dinâmica assimétrica e sufocante:

⁶ Estas foram as palavras de Damares Alves, advogada e pastora evangélica, em um vídeo que circulou nas redes sociais, depois de empossada ao cargo de Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, no dia 02 de janeiro de 2019. Naquela ocasião, havia a cerimônia de posse dos ministros do governo Bolsonaro. A fala está disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml> Acessado no dia 08/08/2022.

Ainda no início, várias mulheres feministas estavam pessimistas em relação a mudança dos homens. Algumas mulheres heterossexuais decidiram que optariam pelo celibato ou pela lesbianidade em vez de procurar relacionamentos desiguais com homens sexistas. Outras achavam que a monogamia sexual com homens reforçava a ideia de que o corpo da mulher era propriedade do indivíduo com quem se envolveu. Escolhemos relacionamentos não monogâmicos e com frequência nos recusamos a casar. Acreditamos que viver com um parceiro sem o casamento sancionado pelo Estado dentro de uma sociedade patriarcal ajudou os homens a manter um respeito saudável pela autonomia da mulher. (HOOKS, 2019, p. 118)

Mais uma vez, usemos discordar de bell hooks: mulheres pobres dos rincões brasileiros, convivem maritalmente com companheiros sem o casamento legal e nem por isso, tinham ou têm algum tipo de colaboração nas tarefas domésticas. (OLIVEIRA, 2020). Ainda que “trabalhem fora” seja na roça ou nas residências da burguesia local, ou acumulam com os cuidados da própria casa ou dividem esse cuidado com outras mulheres que ficam em casa: filhas mais velhas, irmãs mais novas ou as mais velhas da família que, de certa forma, “pagam” sua sobrevivência com esses cuidados a casa e as crianças⁷. É comum que os homens procurem descansar ou buscar formas de lazer, seja socializando em bares, participando de jogos ou simplesmente chegando do trabalho, comendo e dormindo.

Essa configuração gera uma série de consequências para as famílias de classes baixas –e principalmente para as mulheres. Se mulheres de todas as classes sociais são sobrecarregadas pela responsabilidade de cuidado e das atividades básicas de reprodução social, são as mulheres pobres que atendem a essa demanda do mercado de trabalho, limitando suas possibilidades de escolha profissional e investindo-se em repetidos turnos sob os mesmos afazeres para dar conta da casa onde recebem salário e de suas próprias residências. (ENGEL & PEREIRA, 2015, p. 07).

⁷ O “pagamento” também pode vir do Estado. O Programa Bolsa família reduziu a probabilidade de casamento infantil para as meninas na condição de pobreza. VASCONCELOS, A. M.; GRIEBELER, M. DE C. Muito jovem ou pobre para casar? Efeito do Programa Bolsa Família sobre o casamento infantil feminino. Revista Brasileira de Economia, v. 77, edição 06, 2023.

O direito a maternar é um poderoso instrumento político para dar visibilidade à ideia de que compartilhar responsabilidades familiares não deve ser visto como um simples ato de "ajudar", mas sim como uma parte essencial das responsabilidades ao se constituir uma família, abrangendo tanto os prazeres quanto as obrigações que vêm junto com essa escolha. Nas relações lésbicas e homoafetivas, às vezes, os papéis sociais são estruturados em padrões heteronormativos, onde tarefas são atribuídas com base em estereótipos de gênero, como quem realiza as tarefas "femininas" e "masculinas". As novas parentalidades vêm desorganizar a lógica heteronormativa e reorganizá-la a luz de uma ótica de humanidade, afetividade e parceria.

Mas, para que essa responsabilidade partilhada no cuidado parental possa vir a existir e assim aliviar o fardo das mulheres que se responsabilizam sozinhas pela criação de seus filhos, é preciso que haja uma mudança de consciência por parte de homens e das mulheres. Todas devem estar dispostas a aceitar que a parentalidade em nossa sociedade, não havendo sinais de que essa situação irá mudar nos próximos anos, é preciso uma reorganização feminista em torno da questão do cuidado infantil. (HOOKS, 2019, p. 212)

Essa reorganização proposta pelo feminismo na criação de crianças tem sido uma contribuição significativa decorrente das reflexões propostas pelo não silenciamento e pela resistência. Lélia Gonzalez (2014), apresenta uma importante provocação sobre que lugar que ocupa o entendimento de pertencimento, lugar e origem para assunção a maternagem. Raça e classe exercem uma influência determinante na atribuição dos direitos de maternidade, levando algumas mulheres a cuidarem das crianças de outras enquanto suas próprias necessidades de cuidado são negligenciadas, resultando em uma falta de parentalidade adequada.

Diante do exposto, é fundamental conceituar o "lócus" como o lugar em que a mulher negra, preta, lésbica se projeta, em constante construção e apropriação dos espaços historicamente negados. Neste contexto, abordamos as especificidades da

mulher afroameríndia, feminista, trabalhadora-operária, lésbica e, simultaneamente, mãe.

O termo "lócus" refere-se ao espaço em que essa mulher se posiciona e atua, envolvendo as dimensões sociais, políticas e culturais que permeiam sua identidade. Ao assumir essas múltiplas identidades, a mulher negra, preta, lésbica enfrenta a tarefa desafiadora de reconstruir e reivindicar seus espaços e direitos, os quais historicamente foram negados ou marginalizados pela sociedade.

Nessa perspectiva, a mulher afroameríndia, além de ser uma feminista ativa, encontra-se também inserida no contexto de trabalhadora-operária, enfrentando as questões específicas que envolvem sua classe social e as lutas por melhores condições de trabalho e dignidade. Por sua vez, a vivência como lésbica adiciona camadas adicionais de complexidade, uma vez que enfrenta desafios específicos relacionados à orientação sexual, incluindo a luta contra o preconceito e a busca por visibilidade e reconhecimento.

Por fim, ao ser mãe, essa mulher enfrenta uma multiplicidade de papéis, sendo um desafio conciliar todas essas dimensões identitárias em sua vida cotidiana. A maternidade para essa mulher transborda o papel tradicionalmente atribuído, tornando-se um ato de resistência e afirmação, à medida que busca criar uma narrativa que valorize a diversidade e a inclusão.

Nesse contexto, é crucial reconhecer e valorizar as experiências únicas dessa mulher, considerando suas múltiplas dimensões identitárias e suas lutas diárias por reconhecimento, igualdade e justiça em uma sociedade que frequentemente as invisibiliza ou marginaliza. Ao entender o lócus dessa mulher em sua plenitude, podemos avançar em direção a uma sociedade mais inclusiva e igualitária, onde todas as vozes e experiências sejam respeitadas e valorizadas.

A sociedade cisheteropatriarcal tem reforçado seus "modelos dogmáticos" de como estar sendo no mundo sem ser incomodado, discriminado ou ignorado, por meio

das mídias sociais, da cultura escolar e da publicidade e propaganda que vai ditando de maneira subliminar o que pode e o que não deve estar presente em espaços sociais de convivência, pautados na existência do sujeito universal: homem, branco, cristão, rico e heterossexual e, acrescentamos, provedor.

A leitura de bell hooks (2019) em articulação com a análise desta publicidade, já seria material para produção deste conhecimento em processo, que temos intenção de compartilhar. Entretanto, optamos em debater como o feminismo negro e os avanços nas pesquisas de gênero e sexualidade tem pautado e modificado os contextos e a materialidade das organizações familiares: parentalidades que não são novas, mas, têm fortalecido identidades e ampliado possibilidades para que todos os sinônimos de amor sejam contemplados na representação de família.

Importante ressaltar que a escolha pelo feminismo negro tem a ver com o entendimento de que para produzir o estado de boa convivência social é preciso haver equilíbrio entre o querer, o construir e organizar e o poder de exercer o desejo. Essa proposta não se sustenta no gênero: se sustenta no entendimento de que família, de acordo com o entendimento antropológico e legal descrito no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é: “Conjunto de duas ou mais pessoas ligadas por laços de parentesco, consanguinidade ou adoção na unidade doméstica, residente em domicílios particulares”. Assim, as parentalidades que são desenvolvidas e vivenciadas por grande parcela da sociedade brasileira envolvem configurações que consistem em arranjos familiares diversos que não correspondem à norma nuclear cisheteropatriarcal.

Conhecer e reconhecer novas formas de parentalidades, que fogem ao padrão e dão vez a laços que unem, protegem e asseguram o direito de existir a minorias políticas em função de sua condição social ou orientação sexual, e que hoje ganham voz e vez em espaços de debates qualificados, precisam ser propagadas e ter seus direitos civis garantidos e protegidos daqueles que insistem em renegar a sua existência Assim sendo, por meio de metodologia qualitativa, utilizando da técnica da escrivência,

narra-se as histórias de vida, como pesquisa de campo de novos arranjos familiares divergentes das tradicionais famílias brasileiras.

Temos defendido em nossas produções recentes, que no ensino superior, docentes precisam ser bons contadores de história que despertem atenção, inspirem novas versões para as narrativas e produzam novas histórias que acolham e fortaleçam pertencimento. Nesta perspectiva, a metodologia utilizada para essa produção é inspirada na autoetnografia e fortalecida pelas escrituras: no processo de compartilhar nossas vivências vamos nos curando da dor que causa produzi-las. Reiteramos: o conhecimento que produzimos tem cor, dor e território. Preta quase sempre ou vivente como gente preta com todas as ausências que significa. Dor pelas ausências que impedem a assunção a cidadania plena e fazem prosperar a ignorância, o preconceito e a discriminação. Territórios que ficam nas margens, fora dos espaços de visão e boa convivência social das vivências do “sujeito universal” e seus privilégios.

Ressalte-se que não existe família disfuncional: existe uma mãe solo exausta e sem apoio que tem que se conformar com a maternidade e não com o exercício da maternagem em sua plenitude. Não defendemos nem família de “comercial de margarina” e muito menos “disfuncionalidade”: defendemos e debatemos sobre o direito a maternar.

Afetividade: Narrativas e Análises: Desmistificando a família de “comercial de margarina” e fortalecendo as maternagem

O conceito de estigma está relacionado à formalização do preconceito e à padronização da representação de uma determinada identidade social. O estigma é um sinal externo que marca a diferença e rotula comportamentos considerados "fora do padrão" ou moralmente condenáveis, conforme definido pela minoria com poder de decisão e controle. Essa minoria muitas vezes utiliza coerção econômica, social, política

ou financeira para estabelecer as normas de conduta social, limitando a liberdade de escolha da maioria. O estigma é um termo depreciativo que distorce a realidade para dar conforto e favorecer a minoria que detém o privilégio de escolha sobre o que é certo ou não, normal ou anormal, deturpando o conceito a favor da manutenção dos privilégios da heteronormatividade compulsória (GROSFOGUEL, 2018).

Na contemporaneidade, as mídias sociais reverberam os comportamentos que são considerados “corretos”, fortalecem estigmas e o preconceito relaciona-se com as representações desenvolvidas a partir de uma diferença marcada nos sujeitos em sua conduta social. Assim, os comportamentos determinados pelo grupo em relação a certo, errado, comportamento masculino, feminino e condutas socialmente desejáveis interferem no nível de apoio e solidariedade que um dado sujeito vai encontrar no grupo em que está inserido. Ainda assim, se não se enquadrar nos padrões aceitos, porém mantiver a “discrição” e “invisibilidade” para a conduta estigmatizada será tolerado pelos pares e poderá viver sua vida quase em paz.

Ocorre que, discrição e invisibilidade não cabem na definição de maternar. A maternagem que discutimos aqui neste texto é escandalosa, exibida, publicizada porque representa a exceção e não a regra. Os olhares de espanto em famílias de duas mães, muitas avós, tias, dois pais e toda uma hereditariedade e ancestralidade afetiva ou dois pais e duas mães heterossexuais que já tiveram uma relação afetiva e, por escolherem a própria felicidade, constituem novos arranjos afetivos e sexuais, mas, não descartam os antigos como se nãooubessem mais na nova organização familiar.

Nos últimos seis anos o pensamento da extrema direita conservadora tem pautado como vão se organizar as relações sociais. Elas incidem sobre os corpos e suas existências, a partir de uma pauta de costumes fortalecida pela ausência de políticas públicas comprometidas com o estado de bem-estar dos territórios às margens. A sexualidade permanece como alvo de controle de variadas instituições tradicionais, como o Estado, as igrejas ou a ciência.

Na medida em que os desobedientes das normas excludentes e limitantes se tornam mais visíveis, os ataques e a luta entre elas e os grupos conservadores tornam-se mais explícitos e acirrados. Se determinados setores demonstram crescente aceitação da pluralidade sexual, por outro lado, setores tradicionais renovam (e recrudescem) seus ataques, realizando desde campanhas de retomadas dos valores tradicionais da família a manifestações de extrema agressão e violência física (LOURO, 2008, p. 28). Contudo, mesmo no enfrentamento de variadas formas de violência e rejeição social, algumas pessoas questionam a lógica rigidamente estabelecida ao corpo desejante e se arriscam na transgressão de limites.

No entanto, para ser incluído nesta rede é preciso cumprir as normas que foram estabelecidas pelo grupo de pessoas que detêm o poder sobre as decisões, arranjos, acordos, e o repactuar de consensos. A igreja evangélica por outro lado representa a repressão aos impulsos, à coerção a todo e qualquer comportamento que foge aos padrões e a busca de uma normalidade espelhada em uma visão conservadora. A representação social sobre certo e errado, normal e anormal é constituída a partir de um discurso sobre o que é proibido e permitido estruturado por uma rede de percepções e pressuposições sobre comportamento, beleza, jeitos e trejeitos que definem as performances de gênero, incluindo-se neste caso as representações sobre o que seria uma relação normal.

Isto significa dizer que as novas parentalidades são toleradas desde que moldem a uma forma pré-determinada para as representações familiares: famílias monoparentais só com a figura da mãe são não só toleradas, mas exaltadas. Por exemplo, a figura da mãe que se sacrifica para criar filhos resultantes de uma relação que não prosperou recebem a simpatia e solidariedade de grande parte da comunidade que frequenta igrejas. Entretanto, se trata de um falso apoio conveniente para manter a frequência e os dízimos naquele espaço, retroalimentado a ideia de sacrifício e expiação dentro do sistema religioso. Sabe-se que ainda há forte estigma contra mulheres que

criam filhos(as) sozinhas que muitas das vezes são pressionadas para não se casarem. Por outro lado, pais que ficam sozinhos para criar filhos são estimulados ao casamento porque homens não foram feitos para ficar só. Porém, casais homoafetivos e lesboafetivos não são tolerados e nem admitidos. Nem do sexo feminino e nem do sexo masculino. A comunidade eclesiástica faz pressão, o pastor faz visitas de aconselhamento e a família fica tão exposta que prefere se mudar de determinados espaços ou se conformar e aquiescer sobre as normas.

Mas, mesmo nos rincões não visíveis pelo centro ditador de regras, os desobedientes que vivem nestas margens têm criado normas de convivência e existência. As pessoas que aceitaram conversar e compartilhar suas vivências moram em rincões mais ou menos desenvolvidos na Região Norte, em um estado conhecido nacionalmente como “*Bolsoquistão*”: não por acaso neste Estado o ex-presidente Jair Bolsonaro teve as maiores votações no Brasil nas últimas eleições.

Não por acaso também os índices de desenvolvimento humano estão entre os menores do Brasil. Baixa escolaridade entre a população, desemprego em alta e com falta de profissionais para o exercício de determinadas funções. A capital tem cinco faculdades de medicina e faltam médicos nas margens da cidade. Paradoxalmente, a renda per capita é alta em função do alto número de funcionários públicos federais que representam a burguesia local que quer privilégios e não direitos estendidos, em sua grande maioria. Deste lócus vieram as conversas com as duas mulheres, professoras da educação básica, adotantes das novas parentalidades em função de sua orientação sexual: são lésbicas. Ambas têm renda per capita acima da média nacional (acima de R\$ 4.000,00), 03 filhas e 01 filho em transição de gênero. Antes de se entenderem como praticantes da maternagem sofriam com a síndrome da “perfeição solitária” que ronda todas as mulheres: fazer tudo sozinha e bem-feito. Sofreram muito até entender que as regras da heteronormatividade não trazem conforto e alento nem as mulheres heterossexuais.

O sujeito do gênero masculino e cis é branco (na zona de privilégios), já foi cristão e continua até onde se entende na zona de conforto do sujeito universal heterossexual: a ele foi ensinado que mulheres cuidam e homens são cuidados, não importa se essas mulheres tenham dez anos e esses homens mais de quarenta. A lógica do sujeito universal não obedece a nenhuma lógica que não o favoreça. Morador de uma área de milícia da Região Sudeste do Brasil, também em sua cidade o ex-presidente ganhou as eleições. Em seu Estado também. Entretanto, as condições de vivência são melhores por estar em uma região que compõe a zona turística de sua cidade. Esse sujeito tem mais de quarenta anos, é psicanalista e foi “atropelado” por um acontecimento que mudou para melhor suas relações com as mulheres e com a maternagem: o nascimento da filha, resultado de uma relação que não estava prevista para ser casamento.

A organização da convivência, percebeu esse sujeito, não poderiam seguir regras outras que não fossem aquelas estruturadas sobre a realidade de suas famílias. Neste entendimento, amplamente discutido nesta reflexão, a maternagem inspirada na filosofia africana era um caminho possível⁸.

Criar uma filha não é fácil. Quando eu e meu antigo relacionamento, Wandinha, tivemos a Claire há nove anos, sabíamos que muitos desafios viriam pela frente. Essa insegurança de ambos vinha de duas situações: não éramos casados e a nossa relação era precoce. Mas, ao longo do tempo, percebemos que a criação dela não seria tarefa somente nossa. Percebi que essa tarefa era trabalhosa demais para que os dois dessem conta, além disso, eu não gostaria que a responsabilidade fosse desequilibrada, mesmo com a justificativa de que estaríamos desempenhando "papéis sociais diferentes" de pai e de mãe.

Wandinha sempre teve muitas amigas e familiares presentes em nossa vida, e muitas delas acabaram sendo fundamentais na criação da nossa filha. A mãe da Wandinha, por exemplo, sempre esteve disponível para ajudar em tudo o que precisássemos. A Sinclair, grande amiga de Wandinha, se tornou uma espécie de "mãe emprestada" para Claire. Além disso, minha tia, Mernie, também esteve sempre presente na vida da nossa filha. Nesse momento, já se

⁸ Para manter o anonimato desejável neste texto em funções das implicações para o sujeito e sujeitas envolvidas, decidimos substituir nomes próprios por nomes da ficção de contos de fadas contra hegemônicos

pode entrever que a criação da Claire foi compartilhada com outros, mas permanecendo a “guarda” comigo e a com a mãe. Destaco que tanto eu quanto a mãe trabalhamos num regime de plantões e, portanto, Claire ficava sob os cuidados daquela rede de afetos.

Vale lembrar que enquanto Ana Claire ia crescendo, a vida afetiva dos pais em relação a parceria amorosa também continuava em suas individualidades, ou seja, cada um tomou um rumo (na sua própria maneira de viver. Até que um dia, a Wandinha encontrou alguém que correspondesse à sua parceria amorosa. Era o Xavier. Eles tiveram uma filha chamada Aurora. Assim, Xavier se integrou em nossa rede de afetos que se formou em torno da Claire, juntamente com Fiona, minha esposa. (Sherek, 42 anos, psicanalista)

O conceito de maternagem foi materializado por Sherek em seu primeiro relato, compartilhado em uma roda de conversa sem roteiro pré-estruturado. Por isso, defendemos as escrituras como metodologia possível em propostas para além da colonialidade da academia (EVARISTO, 2014). A autoetnografia aproxima quem ouve e quem fala e permite maior liberdade no que se deseja compartilhar ou não. Não há engessamento do pensar que leva ao conhecimento em processo. Assim enfatizamos a importância das relações interpessoais da comunidade para o bem conviver, o desenvolvimento coletivo e a construção de conhecimento. Destacamos também a relevância de abordagens mais abertas, inclusivas e reflexivas no processo de compartilhamento de experiências e na construção de saberes.

Somè (2015) traduz esse movimento metodológico como o espírito da intimidade que deve cercar a maternagem para que todas as pessoas da comunidade se responsabilizem pelo bem-estar e equilíbrio do território. A ausência de uma comunidade a apoiar ao casal obriga a que os problemas sejam resolvidos no âmbito de uma só pessoa que deve nutrir e cuidar do relacionamento. A maternagem implica em dividir responsabilidades e contentamentos.

Mas, mesmo com toda essa ajuda, Shrek se sentia em falta com suas responsabilidades de pai: ele queria ser um bom exemplo para a filha, e isso incluía repensar a forma de masculinidade, ou seja, como ser homem no mundo. Isto porque a herança geracional acumula uma série de dogmas que forjam a masculinidade

hegemônica que “deve prover, proteger e deixar os cuidados com as mulheres”. Essa visão tradicional tem atravessado gerações e relegado o papel de pai a ditar regras, em tese, para proteção das crianças. Mas, algumas delas nos parecem ligadas a uma visão machista e intolerante para a masculinidade. Maternagens não estão relacionadas apenas a ensinar a ela a jogar bola ou a andar de bicicleta: é preciso ser ao menos uma referência de afeto e de respeito, e isso não estava limitado a um papel masculino estereotipado.

Com o tempo, fui aprendendo a compartilhar a criação da minha filha sem culpa. Mas esse compartilhamento, nem sempre, traz em si uma responsabilidade do desejo paterno. No meu caso, ao me reconectar com minhas emoções e a expressar meus sentimentos de maneira mais aberta percebi um alinhamento do desejo de ser pai com o desapego da criação de minha filha. Isso não significa desresponsabilização, mas entender que minha filha tem seu próprio espaço de desenvolvimento subjetivo. Percebi que ser um bom pai não tinha nada a ver com ser controlador ou instituir limites autoritários. Tinha a ver com saber escutar, apoiar e orientar, sem impor minha vontade ou minhas expectativas arrogando para si a função de pai. Embora eu tenha sentido saudades de minha filha em alguns momentos, ainda sim, compartilho sua companhia com a mãe ou qualquer pessoa de minha confiança na rede de afetos, já que participaram ativamente na criação da Claire. É muito interessante! Atualmente, ela tem cinco quartos com armário, mesa, cama, cadeiras e roupas, cada um deles está numa casa diferente e não existe “casa da mamãe” ou “casa do papai”, mas apenas sua casa conforme ela transita nos espaços da rede de afetos. Digo isso porque ela já falou para os amigos que se sente privilegiada por ter dois pais, três mães e vários tios para cuidarem dela. (Sherek, 42 anos, maternando Claire)

Para analisar o relato acima, o conceito de parentalidade emerge do campo dos cuidados parentais, isto é, quais dinâmicas se estabelecem nas interações entre pais e crianças? Essas dinâmicas estão cada vez mais complexas na contemporaneidade e utilizadas nos estudos sobre família.

Apesar de ser objeto de interesse de outras áreas, é na psicanálise que o conceito ganha robustez, especialmente a partir da reflexão acerca das novas configurações familiares implicadas em novos sintomas. Os processos de se tornar pai vão além da função biológica, marcado pelo contexto sociocultural, pela história do

sujeito na sua família e pela subjetividade de cada um. No relato acima, Sherek deslocou algo da sua masculinidade para ceder a uma criação compartilhada e ampliar laços de parentesco fora dos vínculos biológicos. Ele teve dificuldade em deslizar sua masculinidade arregimentada numa virilidade hegemônica bélica, ao que ele denominou “uma visão mais tradicional do que era ser um homem”. Vencido o desafio, fez com que ele reorganizasse seus investimentos libidinais narcísicos no sentido da circularidade social, isto é, deixar circular seu objeto amoroso. (LEBOVICI, 2004).

Hoje, Shrek percebe a criação da Claire como uma jornada de aprendizado constante. Apesar de todas as inseguranças e limitações, consegue ser um pai presente e amoroso para ela mediante um trabalho interno da subjetividade, ou seja, reelaborando constantemente o conceito de masculinidades em articulação ao de maternagem.

Por outro lado, a experiência de ser uma mãe que rompe as imposições sociais de identidade e gênero enfrenta grandes desafios. Segundo Hilário, (2021), ao determinar para quem direitos serão transmitidos, de geração para geração como privilégios, pelo simples fato de nascer com a cor “certa” para ser identificado como sujeito universal, a colonialidade performou e impôs com o regime de terror, comportamentos e nomenclaturas que partem de uma visão segmentada de mundo e o divide entre sujeitos de direitos e privilégios e os que devem se conformar com a vida possível e sem escolhas do outro.

Ser ou ter comportamento que seja contrário as atribuições impostas a raça, gênero e classe da sociedade branquicista cisheteronormativa e exercer de fato o direito de ser mulher, de ser livre, de amar quem e como quiser não pode ser tomado como afronta. Ser quem somos compõe para as percepções dessa sociedade forte violação. Quase sempre não estamos prontas para tais embates e confrontações além de sermos atravessadas por vários outros determinantes tais como educação, dependência financeira, religião e saúde.

Você passava de maneira ignorada e invisível. Inicia-se a solidão do caminhar do ser mãe, ser mulher, afro-indígena, pobre, não ter uma profissão, não ter instrução, ser vítima de vários tipos de violências. O processo também é doloroso para as pessoas que amamos; e que compõem o círculo familiar, no caso Little Glue; mãe, irmãos, amigos. Os mesmos atravessamentos que temos, eles também sofrem, só que de um outro lugar.

Quando solicitamos a Little Glue um depoimento sobre como foi sair da maternidade solitária heterossexual para a maternagem lésbica foram tantas as colocações que mereciam compor esse texto que foi difícil escolher. Mas, relato um deixou todes na roda de conversa felizes: Little Glue agora é professora da rede pública e mestranda universidade federal. E, emocionada nos conta que quando vive sua busca por uma “família de comercial de margarina” seu único sonho era trabalhar em uma loja do comércio popular da cidade onde mora. O entendimento sobre o fato de que é preciso transgredir, por vezes a própria escola, para poder criar seu próprio projeto de vida constitui o maior legado que quer passar para as filhas. Nesta jornada, em busca da identidade que lhe restitua a liberdade de escolher, a companheira Little Keith tem sido seu apoio, sua força e parte ativa da segurança que se percebe em seu caminhar. Com Little Keith vieram toda uma comunidade disposta a maternar sua filha de 12 anos.

Terminar um ciclo de um relacionamento de um casamento hétero para dar segmento a sua vida e seguir caminhando de acordo com as suas escolhas. Um processo que é cheio de conflitos advindo de ser mãe que todo este meio em que vivemos começa a te oprimir e te chamar de antimoral. Culpas, lugares que você pode ocupar, que você deve ocupar por ser quando você é mãe e traz à tona o seu sujeito mulher, um sujeito que tem vontades, um sujeito que tem direito a viver, que tem direito a fazer suas próprias escolhas e traçar o seu próprio caminho. Os conflitos crescem exponencialmente, e afetam muito a saúde e as emoções e a maneira como conseguimos lidar com o mundo.

Neste contexto, para mim, foram longos anos de extremas tensões por todos os lados e em todos os lugares, o que agora era o meu não lugar foi se tornando o meu novo lugar. E essa série de conflitos e de confusão adoeceram. É quase humanamente impossível enfrentar tais situações e continuar acreditando em si mesmo. Ficamos doentes mentalmente.

Depressão, crises de pânico, crises de ansiedade, medo e morte se tornam sentimentos presentes.

O importante é seguir, buscar novos significados para este novo não lugar que começamos a habitar. Refletindo sobre tudo o que aconteceu, todas as vivências que tive, todas as dores, sabores e dessabores que nos são e foram impostos.

Em caráter de exceção, é muito importante entender isso, para que nunca esqueçamos do caminho que nos trouxe até o presente. Alguns de nós conseguem, a grande maioria sucumbe.

Tornar-se mulher, tornar-se mãe-lésbica, tornar-se lésbica. Esta frase tem tantos significados tantas memórias. Essa frase tem vida. É política, aprendemos que nosso corpo é político.

Quando conseguimos entender que a supremacia machista e a opressão do patriarcado e do capitalismo é que são os grandes vilões.

Conseguimos então nos abrir para viver nossas maternagens insurgentes politicamente como indivíduo, corpo, alma, desejos e vontades. E não permitir que os outros e as suas opiniões e suas crenças continuassem a interferir da mesma maneira na minha pessoa, nas minhas escolhas. Mas ser sujeito ativo deste novo lugar e promover sempre a consciência coletiva para respeitar a diversidade de todas, todes e todos. (Little Glue, 38 anos, maternando Baby Face, 12 anos)

A sociedade em si, impõe sobre o sujeito mulher várias atribuições. O que devemos ser, como devemos nos comportar, qual roupa devemos vestir, qual cor devemos usar, as profissões que podemos exercer. O patriarcado leva a mulher a um lugar de propriedade. E quando você obedece às imposições está tudo bem. Entretanto aquela que ousa transgredir as colocações impostas, às opressões e as correntes começam a aparecer, são pesadas, geladas, duras, ferem e em muitas situações, matam. Ao longo do processo de empoderar-se para ser quem se é, a maternagem é estratégica política e de sobrevivência.

Uma mulher “Chefe de Família”, até aí tudo bem, Mãe solo? Lésbica? Mãe de família? E pode isso? No imaginário social brasileiro, todas essas indagações causaram extrema indignação. Atormentaram, invisibilizaram, desacreditaram a existência dessa sujeita, que insistia em existir e transgredir todas as regras pré-estabelecidas pela sociedade hegemônica. E por muito tempo foi assim vivendo marginalizada até mesmo pela família consanguínea, imagina perante toda uma sociedade preconceituosa e homofóbica. Prazer, esse é o início da minha história familiar. O processo cruel de sobrevivência, perdurou por longos anos, pois acreditava que eu era a errada, ao romper com padrões pré-estabelecidos pela sociedade e transgredir ao que era moralmente aceito, era natural me recolher em um

casulo e viver como se podia naquele momento, sem muita alegria, sem muitas companhias, sem expor qualquer vontade que pudesse chamar a atenção de alguém. O medo, a certeza de estar só e ser a única responsável por mim e por uma vida muito frágil que nasceu de mim e para mim se voltava sempre e a todo momento, fazia com que o medo fosse um companheiro. A volta por cima, se deu quando foi preciso romper com os estigmas sociais atrelados aos atravessamentos que poderiam interferir no crescimento saudável da minha filha. Assumir uma identidade e exercê-la requer amadurecimento pessoal e uma rede de apoio ao qual você se sinta acolhido. Compartilhar vivências com outros que sentem suas dores e que estão dispostos a estar junto, torna a caminhada mais afável e menos solitária. De certo modo, nós divergentes, transgressores do mundo cisheteronormativo, buscamos em nosso mundo LGBTQIAP+, a segurança que nos foi negada, o afeto negligenciado e o acolhimento que salva vidas. Existir num mundo cruel requer doses homeopáticas de cuidado diário, onde cada vez mais alardeamos nossa voz e ocupamos todos os espaços, trazendo conosco todos aqueles que precisam, nunca mais deixando de ocupar todo e qualquer lugar que se deseje e garantindo um futuro melhor para aqueles que amamos. Hoje sei da importância de ser quem sou, da representatividade que exerço para outro, inclusive para meu filho Trans que a partir da sua descoberta vai criar sua própria vivência, tendo a sua Mãe como referência.

Frozen, 45 anos, professora e Mestranda em uma Universidade Pública, talvez, não se sentissem tão à vontade para discutir a transição de gênero do seu filho. Mas, fortalecida pelo conhecimento e aquilombada pelo maternar com mães que vivem fenômenos similares aos que ela vive no processo vivenciado por seu filho, ela faz os enfrentamentos necessários e ainda se coloca no lugar de representatividade que fortalece. Não é pouca coisa e nem se deu em um passe de mágica: envolveu o que ela chama de rede de apoio, e que de fato, é maternagem acontecendo e fortalecendo trajetórias.

A representatividade daqueles que ousaram transgredir os padrões impostos pela sociedade patriarcal, ganham através das mídias sociais um espaço a mais para resistência da sua própria existência, espaços estes antes dominados quase que exclusivamente pelo padrão cis/hetero da classe privilegiada, que servem de modelo e representam o que seria ideal. Fazendo parte daqueles poucos que conseguem superar todos estes estigmas e opressões e se firmam em uma posição social privilegiada, de

poder ter uma profissão, um local de fala e segurança para existir, grita a necessidade de uma consciência coletiva, de levar a outros essas mesmas possibilidades.

Os estudos brasileiros nos ajudam a observar o estatuto e a prática da parentalidade. Se de um lado, há reconhecimento da importância das figuras parentais como suplência às funções paternas no desenvolvimento dos filhos; por outro, observa-se um declínio das funções hierárquicas e dos papéis de gêneros (ARAÚJO, 2011; BORGES, MAGALHÃES, & FÉRES-CARNEIRO, 2014; LEWIS & DESSEN, 2012; MAGALHÃES, FÉRES-CARNEIRO, HENRIQUES & TRVASSOS-RODRIGUEZ, 2013). Isso significa dizer que, no caso dos relatos o compartilhamento com uma rede de afetos e cuidados, aumenta o contato com diferentes emoções e sensibilidades e, conseqüentemente, amplia o repertório da diferença, desmarcando as funções hierárquicas e os papéis de gênero. Logo, a maternagem se traduz em bem-estar e equilíbrio, desfazendo relações assimétricas e contribuindo para construção de espaços onde as parentalidades não sejam fardos destinados a corpos femininos, dando sentido de pertença e participação aos outros adultos na rede afetiva das crianças.

Considerações Finais

O texto apresentou uma reflexão sobre as origens da família cisheteronormativa mononuclear como um modelo tradicional e hegemônico, destacando as assimetrias de gênero e a imposição de papéis sociais restritivos. O conceito de maternagem foi introduzido como um ato político de compartilhar responsabilidades na criação de uma criança, envolvendo todas as pessoas ligadas a ela, e reconhecendo a importância do bem-estar da criança e do equilíbrio da comunidade. Contrapôs-se a ideia de maternidade como um papel solitário e de renúncia, que reforçou estereótipos de gênero prejudiciais.

Foi abordado também a violência da cultura ocidental nas relações familiares africanas devido à escravização e suas consequências, diante da prevalência de famílias negras lideradas por mulheres que exerciam a maternagem. Destacou-se a importância de compreender a solidão vivenciada pelas mulheres negras, a necessidade de maior visibilidade e apoio para enfrentar essa realidade colonial.

Ao longo da reflexão, são citadas referências de autoras e filósofas que contribuem para o pensamento feminista decolonial e interseccional, ampliando a discussão sobre justiça social e equilíbrio na ocupação de espaços. Ressaltou-se também a necessidade de superar os estereótipos de gênero desde a infância, que limitaram as possibilidades de parentalidade.

O artigo também não pretendeu ser uma conclusão definitiva, mas sim uma reflexão inicial. Reconheceu-se a necessidade de continuar a aprofundar os estudos sobre as novas formas de parentalidade e resistência ao assujeitamento, buscando compreender como as relações familiares estão se reconfigurando e negociando espaços de convivência.

No geral, foram compartilhadas questões sobre as estruturas familiares tradicionais, os estereótipos de gênero, a solidão das mulheres negras e a necessidade de repensar os modelos de parentalidade. Propôs abordagens que valorizavam a colaboração, o compartilhamento de responsabilidades e a busca por uma sociedade mais igualitária.

A maternagem desafiou o conceito tradicional de parentalidade, confrontando as crenças e heranças geracionais. No pensamento ocidental, as responsabilidades da maternidade recaem principalmente sobre as mulheres, especialmente aquelas que são pobres, com pouca instrução formal e negras. O feminismo branco, em sua luta pela igualdade salarial e direitos no trabalho, muitas vezes, negligenciou o debate sobre a divisão dos cuidados domésticos e parentais. Mulheres pretas, que historicamente

trabalharam para sustentar suas famílias, demandaram a discussão sobre a divisão do trabalho e cuidado com as crianças.

A representação tradicional da família feliz, promovida pela mídia e publicidade, reforçou estereótipos de gênero e papéis desiguais. A mudança para uma parentalidade compartilhada requer uma transformação de consciência por parte de todes. O feminismo negro tem desafiado essas dinâmicas e ampliado as possibilidades de configurações familiares, reconhecendo diferentes formas de amor e parentesco. É necessário conhecer e reconhecer essas novas formas de parentalidade e garantir seus direitos civis. A metodologia de escritivências e autoetnografia foi utilizada para compartilhar histórias de vida e fortalecer o sentido de pertencimento. A educação básica e superior deve abraçar essas narrativas e promover uma educação inclusiva e inspiradora.

Referências

- ARAÚJO, M. F. Paradoxos da família contemporânea. *Psicologia e Sociedade*, 23(2), 436-437. 2011.
- BRASIL, Secretaria Nacional da Família: Fatos e Números. Arranjos Familiares no Brasil. disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/ArranjosFamiliares.pdf> acesso em 12/05/2023
- CAMPOLINA, Thais. Por que é importante falar de visibilidade lésbica? *Revista Forum*, Publisher Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/por-que-e-importante-falar-em-invisibilidade-lesbica/>. Acesso em: 20 de julho de 2018.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: escravos libertos e sua volta a África*. 2ª. edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.
- ENGEL, C., & PEREIRA, B. C. A organização social do trabalho doméstico e de cuidado: considerações sobre gênero e raça. *Revista Punto Género*, (5), Pág. 4.24. 2015
- EVARISTO, Conceição. *Olhos D'água*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
- FREUD, S. Totem e tabu. In S. Freud. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XIII). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1913[1914]. 2006.
- GROSGUÉL, Ramón. "Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 80, 2008, pp. 115-147.
- hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rosa dos tempos, 2019b.
- hooks, bell. *Teoria feminista*. Editora Perspectiva SA, 2019.
- IRINEU, Bruna Andrade. 2016. *A política pública LGBT no Brasil (2003-2014): homofobia cordial e homonacionalismo nas tramas da participação social*. Tese de Doutorado em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- LEBOVICI, S. Diálogo Leticia Solis-Ponton e Serge Leibovici. In L.Solis-Ponton (Org.), *Ser pai, ser mãe – Parentalidade: Um desafio para o terceiro milênio* (pp. 21-27). São Paulo: Casa do Psicólogo. 2004.
- LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares de parentesco*. Petrópolis, RJ: Vozes. 1982
- LEWIS, C., & DESSEN, M. A. O pai no contexto familiar. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 15, 9-016. 2012
- MAGALHÃES, A. S., FÉRES-CARINEIRO, T. HENRIQUEZ, C. R., & TRAVASSOS-RODRIGUEZ, F. O lugar do padrasto na clínica com famílias recasadas. In T. Féres Carneiro (Org.), *Casal e família: transmissão. Conflito e violência* (pp. 113-128). São Paulo: Casa do Psicólogo. 2013
- OLIVEIRA, Julia Myskiw Costa Oliveira. *Mulheres brasileiras e o fenômeno da pobreza: uma análise para o período de 2012 a 2018*. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina. 2020.
- PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017*. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.
- RIOS, Flavia. Interseccionalidade: uma revisão sistemática da literatura. *Revista de Sociologia e Política*, v. 28, nº 70, 2020, pp. 3-24.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003
- SANTOS, Carine Valéria Mendes dos; GOMES, Isabel Cristina. The L Word—Discussões em torno da parentalidade lésbica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 36, p. 101-115, 2016.
- SOMÉ, Sobonfu. *O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar*. São Paulo: Odysseus, 2007.
- VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Ubu Editora, 2020.

Affectivity, motherhood and parenting subtitle: new possibilities for old dilemmas

Abstract: In this article, we seek to critically reflect on the scope of the concept of mothering as opposed to motherhood. Maternity is defined as a collective act of raising, educating, nurturing a child in all areas, on the other hand, maternity is the solitary act of a woman in caring for a child. Mainly based on the studies of the African philosopher Sobonfu Somé, but not limited to them, we reframe the traditional concepts of family, expanding the understanding of parenting beyond predefined gender roles. Re-signification occurs when we prioritize affection and commitment in building an inclusive world, where all people have space. This endeavor takes as reference studies related to decolonial feminisms, black feminisms and psychoanalytic and psychosocial crossings in the perspective of gender. The methodology used in this research is based on the theoretical association with self-ethnography and Conceição Evaristo's writings, suitable for the delicacy of the exchanges between the subjects involved. So far, the conclusion we have reached is that the concept of mothering has expanded the possibilities of organizing parenting and disinvested from the traditional family, mononuclear with rigid and defined social gender roles, but that the influences of generational inheritances still interfere with the acceleration of these new configurations.

Keywords: Parentalities; maternity; Affections; Clerks

Recebido: 16/05/2023

Aceito: 09/08/2023